

CIDADES

Publicações Legais

anuncie: anuncios@correiopovo.com.br | (51) 3216.1615

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITINHO / RS

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026 -**

O Município de Palmitinho/RS torna público que realizará licitação eletrônica, por meio eletrônico, através do Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br para registro de preços destinado à futura e parcelada aquisição de materiais de artesanato para as atividades, oficinas e projetos da política municipal de assistência social, conforme o Termo de Referência – Anexo I do Edital. A sessão pública terá início em 09/10/2026, às 09h, horário de Brasília. Informações: Setor de Licitações, telefone (55) 3791-1123, ramal 216, ou e-mail licitacoes@palmitinho.rs.gov.br.

Palmitinho/RS, 23 de setembro de 2026.

BENHUR DAILOR BARTH
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITINHO / RS

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 20/2026
- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026 -**

Benhur Dailor Barth, Prefeito Municipal de Palmitinho/RS, torna público a quem possa interessar que estará realizando licitação de Registro de preços para aquisição futura e parcelada de salgados e demais itens de alimentação, destinados ao atendimento de eventos, reuniões, palestras, capacitações, treinamentos, campanhas, ações institucionais para Prefeitura Municipal de Palmitinho/RS, a se realizar às 09:00 horas do dia 08/10/2026, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitinho. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (55) 3791-1123/Ramal 216, ou junto ao Setor de Licitações, sendo que o edital está disponível no site: palmitinho.atende.net.

Palmitinho/RS, 23 de setembro de 2026.

BENHUR DAILOR BARTH
Prefeito Municipal

ASTTI - Associação dos Profissionais em Telecomunicações e Tecnologia da Informação

**ELEIÇÕES 2026 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL
EXTRATO DO EDITAL DE ELEIÇÕES**

A COMISSÃO ELEITORAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – ASTTI-RS, regularmente eleita em Assembleia Geral Ordinária realizada em 01 de setembro de 2026, no uso das atribuições previstas no Estatuto Social, Código Eleitoral, Regulamento Interno e demais normas institucionais da entidade, torna público o Edital de Eleições 2026, destinado à eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da ASTTI-RS, para o mandato de janeiro de 2027 a dezembro de 2029. As inscrições das chapas ocorrerão de 24 de setembro a 21 de outubro de 2026, mediante protocolo físico na Secretaria da ASTTI-RS, situada na Rua Bezo Souza Costa, nº 750, bairro Jardim Ipu, Porto Alegre/RS, observados os requisitos e a documentação previstos no Edital. A eleição será realizada em 24 de novembro de 2026, na sede da ASTTI-RS, observadas as regras específicas previstas no Edital para a hipótese de existência de mais de uma chapa homologada ou de chapa única. A íntegra do Edital de Eleições 2026, contendo todas as normas, condições, prazos e procedimentos aplicáveis ao processo eleitoral, poderá ser consultada no endereço: <https://astti.com.br/comunicacoes/>.

Porto Alegre, 24 de setembro de 2026.
Comissão EleitoralMINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÕES****Pregão Eletrônico**

PE 248/2026 - Material Elétrico e Eletrônico, Material de Caça e Pesca e Material de uso Zootécnico - Abertura da sessão 06/10/2026 - às 9 horas.
PE 193/2026 - Materiais Impressos e Materiais Gráficos (Materiais de Distribuição/Divulgação) - Abertura da sessão 19/10/2026 - às 9 horas.
PE 263/2026 - Material para Áudio, Vídeo e Foto - Abertura da sessão 20/10/2026 - às 9 horas.
PE 197/2026 - Material Laboratorial - Abertura da sessão 21/10/2026 - às 9 horas.
PE 122/2026 - Cilindros de Gás e Outros Equipamentos - Abertura da sessão 22/10/2026 - às 9 horas.

Entrega das propostas, a partir de 24/09/2026, às 8 horas. Local: www.comprasnet.gov.br. O edital encontra-se disponível nos sítios www.comprasnet.gov.br e <http://www6.unipampa.edu.br>

Ana Claudia Chaves da Silveira
Equipe de ApoioSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO**ABERTURAS PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL PE 0511/2026 Objeto: RP de alimentação humana-produitos de panificação (Região 507). DATA: 08/10/2026 às 09 horas. PROCESSO: 26/1300-0002325-6.
EDITAL PE 9293/2026 Objeto: Serviço de Atenção Domiciliar em Palmeira das Missões/RS. DATA: 08/10/2026 às 09 horas. PROCESSO: 25/2000-0013604-1.
EDITAL PE 9294/2026 Objeto: Manutenção em bombas centrífugas, sistemas hidráulicos associados e respectivos painéis elétricos na Penitenciária Estadual de Porto Alegre (PEPOA). DATA: 08/10/2026 às 09 horas. PROCESSO: 25/0602-0011902-6.
EDITAL PE 9295/2026 Objeto: Coordenação e execução das 03 etapas (Coordenadoria, Regional e Estadual) dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS). DATA: 08/10/2026 às 09 horas. PROCESSO: 26/1900-9023814-5.

ABERTURA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

EDITAL CRE 0091/2026. Objeto: Contratação de empresa para execução de Ponte Sobre o Rio Tigre e seus acessos, no Km 1,33, da Rodovia 477, Trecho: Erechim (Distrito Industrial) – Vila Toldo. DATA: 09/10/2026, às 14 horas. PROCESSO: 26/0435-0003313-2.

AVISO DE REAGENDAMENTO

Pregão Eletrônico 0401/2026 Processo 26/1300-0002180-6
Objeto: RP de diversos materiais de limpeza.
REAGENDA-SE a data de abertura da sessão do referido pregão para o dia 30 de Setembro de 2026, às 09 horas.

Paulo Roberto Sbaraini Lunardi
Subsecretário CELIC/SPG

Capital tem 1,8 milhão de árvores em áreas públicas

Maioria em canteiros e calçadas apresenta conflito com a infraestrutura urbana

MAURO SCHAEFER / CP MEMÓRIA

Porto Alegre tem 1.797.065 árvores em áreas públicas, segundo o Inventário da Arborização Urbana apresentado ontem pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus). O levantamento estima 211.256 árvores no sistema viário (calçadas e canteiros centrais); 110.744 em praças e parques; 286.039 nas quatro unidades de conservação municipais (Morro do Osso, Saint-Hilaire, Morro São Pedro e Lami); e 1.189.026 nas Ilhas do Delta do Jacu, dentro da unidade de conservação estadual. O estudo não considera áreas privadas e de preservação permanente.

O inventário identificou 415 espécies no sistema viário e 401 em praças e parques, distribuídas em 215 gêneros e 67 famílias. Nas vias, as espécies mais frequentes são jacarandá, extensa e ligustro; em praças e parques, tipuana, chal-chal e pitangueira. Do ponto de vista fitossanitário, 92% das árvores do sistema viário estão em estado bom ou regular; em praças e parques, o índice é de 94%. “Porto Alegre recuperou o protagonismo na arborização urbana. Nos últimos anos, investimos mais de R\$ 100 milhões nas áreas verdes da cidade, planta-



Existem 415 espécies no sistema viário e 401 em praças da Capital

mos cerca de 20 mil árvores e recuperamos o Viveiro Municipal. O resultado se reflete no conforto térmico, na paisagem urbana, na drenagem, na resiliência climática e, acima de tudo, na qualidade de vida das pessoas”, afirmou o titular da Smamus, Germano Brenm.

A origem das espécies revela a mudança de diretriz do município nos últimos anos. No sistema viário, 55,6% das árvores existentes são exóticas. No planejamento dos novos plantios, a prefeitura prevê 91,4% de espécies nativas, dentro do conceito de plantio inteligente “Árvore certa para o lugar certo”. O levantamento aponta que apenas 26,8% das árvores em calçadas e canteiros

não apresentam conflito com a infraestrutura urbana, como redes aéreas. Atualmente, os técnicos trabalham com espécies mais adaptadas, que causam menos conflitos. “O inventário nos permite conhecer a arborização que temos e compreender o papel que ela desempenha na cidade. Com esses dados, podemos tomar decisões mais precisas sobre conservação, manejo, plantio e expansão da infraestrutura verde”, explicou a diretora de Áreas Verdes, Verônica Riffel.

Também foram plantadas as primeiras mudas do projeto que prevê mil novas árvores no Distrito da Inovação. O plantio ocorreu nas proximidades do Instituto Caldeira, no bairro Navegantes.

AEROMÓVEL

Assinada ordem de serviço para retorno

RENÉ ALMEIDA / ESPECIAL / CP

O Aeromóvel vai voltar a funcionar. Nesta quarta-feira, foi assinada a ordem de início dos serviços de reconstrução da linha que liga a Estação Aeroporto da Trensurb ao Aeroporto Salgado Filho. O projeto está orçado em R\$ 40 milhões e recebeu R\$ 9,9 milhões do Novo PAC - Mobilidade Urbana Sustentável. O recurso é destinado à recuperação dos equipamentos danificados pela enchente de 2024, à reforma das salas técnicas e à elevação dos equipamentos para reduzir a vulnerabilidade a futuras inundações. O restante será destinado a projetos ainda a serem licitados.

O prazo previsto para a execução dos serviços é de 12 meses. O Aeromóvel está fechado desde 3 de maio de 2024, devido ao alagamento de duas salas técnicas. Segundo a Trensurb, os níveis de água chegaram a 1,48 metro na sala técnica junto ao Terminal 1 do Aeroporto e a 1,18 metro na sala técnica da Estação Aeroporto. Em cerimô-



Sistema está paralisado desde a cheia de maio de 2024

nia realizada na tarde de ontem, na Estação Aeroporto, o diretor-presidente da Trensurb, Nazur Garcia, definiu a reconstrução do Aeromóvel como “a última ferida da enchente que faltava cicatrizar”.

“O governo disponibilizou os recursos há cerca de um mês e a Trensurb já está com esses R\$ 10 milhões na sua conta, ou

seja, já tem os recursos para pagar esta primeira etapa”, disse. O secretário nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Marcos Daniel dos Santos, destacou que este é mais um passo importante na recuperação do Estado. “Não tem como pensar em cidades resilientes se não pensarmos em transporte coletivo.”

LEONARDO FISTER / SSP / DIVULGAÇÃO / CP



Evento da Federasul debateu as consequências da interrupção do Piseq e como destravá-lo

Debatida paralisação do Piseq devido a impasse

Um problema jurídico travou o programa. 'Tá na Mesa' analisou a medida ontem

O Programa de Incentivo ao Aparentamento da Segurança Pública (Piseq RS) está paralisado desde março devido a um impasse jurídico envolvendo a retirada da contrapartida financeira de 10% paga por empresas participantes. O tema esteve no centro do debate do Tá na Mesa, promovido pela Federação de Entidades Empresariais do RS (Federasul) ontem.

O encontro reuniu o presidente da Federasul, Rodrigo Costa; o presidente do Instituto Cultural Floresta (ICF), Cláudio Goldshtein; o secretário estadual de Segurança Pública, Mário Ikeda; o vice-presidente Jurídico da Federasul, Milton Terra Machado; e o líder do Instituto Gerdau, Paulo Boneff.

DESTRAVAMENTO

Os participantes defenderam o destravamento imediato da medida. "Desde março, o programa está parado. São de R\$ 10 milhões a R\$ 12 milhões por

mês que deixam de ser aplicados na compra rápida e eficiente de equipamentos para as forças de segurança", afirmou Goldshtein.

Criado em 2018, o Piseq RS permite que empresas destinem até 5% do ICMS devido a projetos aprovados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) para a aquisição de veículos, armamentos, coletes, rádios e computadores. Até fevereiro deste ano, porém, as empresas precisavam aportar outros 10% do valor destinado, com recursos próprios, para ações de prevenção à violência — quantia que não era dedutível do imposto. Segundo Goldshtein, a exigência funcionava como um "pedágio" e desestimulava adesões.

APROVAÇÃO DA AL

A retirada dessa taxa foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Eduardo Leite. No entanto, a mudança foi questionada pela Secretaria da Fazenda e en-

caminhada à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que entende que a alteração precisa de aval do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Ikeda informou que a matéria foi submetida ao conselho, mas não obteve aprovação na primeira análise, retornando para diligências. Como a lei que previa a cobrança dos 10% já foi alterada, os debatedores apontam que não é possível retornar ao modelo anterior enquanto o impasse persiste.

A Federasul contesta a necessidade de aprovação no Confaz. O vice-presidente jurídico da entidade, Milton Terra Machado, argumenta que o convênio original do Piseq nunca previu a cobrança adicional, e que a alteração atual apenas corrigiu essa exigência. Machado também considera improvável que outro Estado questione a medida judicialmente, já que os recursos vão para a segurança pública, sem gerar benefício fiscal direto às empresas.

poderia ser entregue mais rápido com esse dinheiro", afirmou.

Os participantes destacaram a distribuição dos recursos do programa entre os municípios. Segundo Paulo Boneff, líder do Instituto Gerdau, empresas com unidades industriais fora da Capital conseguem direcionar recursos para projetos de segurança nas regiões onde mantêm operações. O modelo permite atender a demandas específicas

de municípios que poderiam levar mais tempo para receber investimentos por meio do orçamento público. Conforme Boneff, a Gerdau destinou R\$ 35 milhões ao Piseq desde 2019, sendo R\$ 10 milhões em 2025.

Durante a paralisação do programa, segundo o executivo, a empresa deixou de direcionar ao Piseq um valor equivalente à compra de um caminhão de bombeiros por mês.

OPERAÇÃO DISCO DE OURO

Cantor de pagode investigado por suposta lavagem de dinheiro

A Polícia Federal deflagrou ontem a segunda fase da Operação Disco de Ouro, que investiga uma organização criminosa suspeita de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e outros crimes ligados a operações transnacionais. O cantor e compositor Alexandre Pires voltou a ser alvo das ações, segundo apurou o portal R7. Ele já havia sido investigado na primeira fase da ação, no fim de 2023.

De acordo com fontes da corporação, o artista é suspeito de participar da exploração irregular de cassiterita — minério que é a principal fonte de estanho, metal utilizado pela indústria eletrônica na fabricação de telas de celular, entre outras aplicações.

A defesa de Alexandre Pires afirmou que ele "não tem e nunca teve qualquer envolvimento com garimpo ou extração de minério, muito menos em área indígena". Em nota, o advogado do cantor, Luiz Flávio Borges D'Urso, declarou que o cliente foi pego de surpresa. "Alexandre Pires foi tomado de surpresa diante dos novos desdobramentos da operação da Polícia Federal que indevidamente envolveu seu nome. Por fim, saliento que o cantor e compositor jamais cometeu qualquer ilícito, o que já está sendo devi-

damente demonstrado no curso das investigações, reiterando sua confiança na Justiça brasileira", destacou a defesa.

ORDENS JUDICIAIS

Conforme o R7, a PF cumpriu 12 mandados de busca e apreensão e 17 de sequestro de bens e valores. As medidas buscam recolher provas, interromper as atividades ilícitas e recuperar valores ligados aos crimes apurados.

As investigações da PF apontam para a movimentação e ocultação de mais de 48 milhões de dólares. Os recursos teriam circulado por empresas brasileiras e estrangeiras, operações financeiras internacionais, contas de terceiros e mecanismos informais de compensação. A apuração também indica o uso de laranjas e empresas de fachada para pulverizar os recursos e dificultar o rastreamento do dinheiro.

Desdobramento da fase inicial da operação, a nova etapa foca na comercialização e exportação ilegal de minério mediante o uso de documentos falsificados para dar aparência de legalidade às transações. Os suspeitos poderão responder, na medida de suas participações, por lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

CASO ISABELLE

João Neto tentou obstruir a Justiça

O perito legista Júlio Torres, chefe da Perícia Forense do Ceará (Pefoce), afirmou que a morte de Isabelle Caracristi, de 22 anos, ocorreu por "precipitação voluntária" e que câmeras de monitoramento do condomínio La Piazza, corroboraram a tese. As informações foram divulgadas em coletiva de imprensa nesta quarta-feira, no Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp), em Fortaleza, capital cearense.

Segundo apurou o jornal Diário do Nordeste, de Fortaleza, a imagem da queda foi registrada pela câmera do hall da piscina do edifício. A perícia constatou ainda que não havia grades de proteção no terraço de onde a jovem teria saltado.

ANÁLISE DO LOCAL

O perito-geral informou que os agentes estiveram no local da ocorrência, no bairro Aldeota, e vistoriaram o apartamento onde a vítima morava com o namorado, a sogra e o cunhado. Ao todo, foram produzidos 11 laudos em dez dias, que calcularam a velocidade e o tempo da queda, além de descartar a hipótese de gravidez. "O perito criminal compareceu (ao edifí-

cio La Piazza), fez o levantamento com hipótese de precipitação de uma laje ou apartamento, e a primeira diligência em um caso como esse é a verificação do local imediato, onde supostamente alguém saltou ou foi arremessado", explicou o perito-geral. "A perícia esteve na área da piscina, levantou a posição do corpo e identificou o apartamento 1501, onde residia a vítima, como ponto de origem", detalhou Torres.

INVESTIGAÇÃO

Presente à coletiva, o delegador-geral da Polícia Civil do Ceará, Márcio Gutiérrez, afirmou que as investigações prosseguem para apurar a eventual participação do namorado de Isabelle, o bacharel em Direito João Munhoz Neto, em crimes de indução, instigação ou auxílio ao suicídio, violência psicológica e obstrução de Justiça.

Pouco antes da coletiva, a Justiça manteve a prisão preventiva de Munhoz Neto, detido na terça-feira. Até o momento, oito pessoas foram ouvidas e novos depoimentos estão agendados. Celulares, dispositivos eletrônicos e imagens de segurança continuam sob análise.

SEGURANÇA PREJUDICADA

Participantes defendem o uso do incentivo

Rodrigo Costa, presidente da Federasul, criticou o excesso de rigor jurídico na análise e defendeu o uso do incentivo enquanto for permitido pela legislação nacional. "Temos que terminar de tirar todo o proveito que a gente pode desse programa para salvar vidas, para não ter policial morrendo, porque não tinha viatura blindada, para não ter bombeiro morrendo arriscando a vida sem equipamento que